Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes

João Marcelo Ehlert Maia

O espaço é uma categoria central na imaginação brasileira. Num país marcado pela vastidão territorial, são inúmeros não apenas os episódios e relatos históricos que atestam a atração exercida por esse tema sobre os homens que se lançaram na construção do Brasil, mas também os estudos contemporâneos que se dedicaram a decifrar o sentido desses retratos e interpretações do nosso território. Lima (1999) buscou apontar a ambigüidade constitutiva do movimento intelectual sertanista durante a Primeira República, em que livros, ensaios e expedições científicas formavam um vasto repertório de imagens sobre o dualismo entre litoral e sertão. Oliveira (2000) também destaca o tema na sua comparação entre a formação da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos, ambas as sociedades constituídas por poderosas narrativas geográficas. Barboza Filho

Nota: João Marcelo Ehlert Maia é pesquisador-bolsista do Programa de Formação de Quadros do CPDOC/FGV.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 3-23.

(2000), numa chave teórica mais larga, associa essa persistência do espaço à linguagem político-intelectual do barroco, marcada pela tentativa de ordenar e hierarquizar geografias distantes e desiguais sob a lógica comunitária do poder soberano.

Este artigo situa-se num diálogo com esses estudos e parte do pressuposto de que o espaço não é simples representação ou símbolo, mas se constitui numa forma de cognição sobre a civilização brasileira que se traduz numa pergunta: como integrar lugares alheios à dinâmica temporal da modernidade central ao relógio do Ocidente? Como resposta, pode-se notar que ora o espaço aparece associado à lógica da origem e da permanência, traduzindo uma espécie de "essência" brasileira – como atesta o trabalho de Lima sobre os sertões na imaginação republicana –, ora é relacionado à movimentação e à invenção de novas formas de sociabilidade e vivências, numa formulação alternativa da modernidade. O estudo de Wegner (2000) sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda destaca exatamente essa segunda perspectiva, assim como a já citada obra de Barboza Filho sobre o barroco. Se a tensão entre origem e invenção é marca constitutiva nas percepções sobre o espaço na imaginação brasileira, em poucos momentos ela foi tão evidente quanto durante os Oitocentos brasileiros.

O objetivo geral deste texto é discutir o significado de algumas imagens espaciais características do Segundo Reinado brasileiro, em especial daquelas produzidas a partir de viagens administrativas realizadas por governadores de províncias. Tomo por objeto os relatos do general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) e do político liberal Joaquim Almeida Leite Moraes (1834-1895),[1] ambos ex-governadores de Goiás e personagens marcados por longas e tortuosas expedições pelo rio Araguaia, um dos símbolos mais expressivos da fronteira Oeste do Império. A hipótese sustentada diz respeito a uma percepção do espaço como uma zona de fronteira, permeada de vestígios, gentes, lugares e ruínas. Longe de traduzir apenas uma visão idílica de uma Natureza presentificada e estática, os espaços do Araguaia surgem nos relatos analisados como geografias incompletas, permeadas de registros que desafiam o olhar imperial dos dois viajantes e marcam a existência de uma sociedade movente, instável e alheia a uma fundação cultural homogênea e persistente.

O texto estrutura-se em três seções. Na primeira, apresento uma breve discussão sobre o tema da viagem pelos espaços brasileiros, e sua centralidade na experiência dos homens do poder e das letras dos Oitocentos. Em seguida, analiso os escritos de Couto de Magalhães e Leite Moraes, tendo como eixo de exposição a tensão entre a fragmentação e a mobilidade características da região do Araguaia e o registro dos autores, orientados para a racionalização administrativo-econômica dessas terras luxuriantes e "perigosas". Finalmente, argumento

como essa tensão envolve distintos processos de modelagem intelectual dos personagens. Ao final, reitera-se a dinâmica entre permanência e mobilidade que caracteriza a imaginação brasileira.

1. Viagens e circulação política nos Oitocentos

O século XIX foi marcado por uma profusão de viagens e expedições científicas feitas no território brasileiro, em especial a partir de 1808. Knight (2001), em estudo sobre esse grande afluxo de estrangeiros, argumenta que tais viajantes diferenciavam-se dos tradicionais exploradores que marcaram o período colonial. Enquanto estes eram aventureiros que varavam os sertões em busca de novidades e surpresas, aqueles chegam ao Brasil motivados pela confirmação de certas teorias científicas e animados por uma perspectiva de carreira científica. Os objetivos de coleta de informação dos mais diversos tipos – flora, fauna, gentes e línguas – somavam-se a uma obsessão pelo registro de sensações e impressões produzidas por uma natureza exótica. Kuri (2001) sustenta que essa marca era derivada da concepção humboldtiana, orientada para a busca de conexões entre fenômenos e cosmos e caracterizada por uma visão "total" do mundo natural. Na perspectiva de Mauad (1997), as imagens espaciais produzidas por naturalistas e botânicos lograram constituir um certo modo de figuração do país, até então tarefa de difícil consecução. No seu registro, "a escrita em trânsito forneceria o tom de testemunha ocular aos relatos, escritas no estilo simples da verdade" (Mauad, 1997: 187).

No caso dos brasileiros, essa "escrita em trânsito" era produzida a partir de instituições, academias e órgãos que gravitavam em torno do círculo que agregava política e letras. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB – era exemplar dessa orientação "pública", e estava orientado para a confecção de uma grande história brasileira que fundamentasse culturalmente a legitimidade do Império brasileiro (Guimarães, 1988). A partir dessa idéia-chave – compartilhada por escritores, críticos e historiadores – inúmeras expedições de coleta e observação produziram um repertório de imagens, relatos e arquivos sobre as terras e as gentes brasileiras, numa empreitada qualificada por alguns estudiosos contemporâneos como "colonial" (Ferreira, 2006). Exemplar desse modelo de expedição, que imbricava política, literatura e historiografia, foi a Comissão Científica de Exploração, na qual o poeta Gonçalves Dias tomou parte como chefe da seção etnográfica. Entre 1859 e 1861, esse grupo percorreu uma área entre o Ceará e a Amazônia, e produziu um vasto inventário da cultura indígena da região (Porto Alegre, 2006). O interesse pela questão indígena explicava-se pela tentativa de produção de uma historiografia que fundamentasse a tese da anti-

guidade dos povos originários do território brasileiro, num movimento intelectual que ecoava discussões a respeito do estatuto do continente americano (Kodama, 2005). Essa combinação entre viagens, colecionismo e populações nativas contribuiu para tornar o indigenismo peça fundamental do arsenal simbólico mobilizado na constituição de um Império "tropical", e na própria representação internacional da identidade brasileira (Schwarcz, 1998; Neves, 2001).

As viagens e andanças pelo interior do país também eram atividades comuns na rotina dos administradores locais, sujeitos a constantes deslocamentos pelas mais diversas regiões do Brasil. Refiro-me especificamente aos presidentes provinciais. Note-se que o cargo de presidente de província era de livre nomeação do poder central – desde 1824, com algumas exceções –, e constituía um estágio importante no processo de mobilidade ascendente dos quadros políticos. Segundo Carvalho (2003), o Império reproduziu a prática portuguesa nas colônias, que incentivava a circulação geográfica entre províncias distintas. Isso teria funcionado como uma espécie de treinamento administrativo, que capacitava os altos membros da elite política brasileira a pensar adequadamente os problemas nacionais. Couto de Magalhães e Leite Moraes são exemplos desse processo de socialização política marcado pela circulação, pela mobilidade e pelo adestramento administrativo. Essa circulação produzia tensões, dada a origem dos presidentes e a rapidez com que deixavam os cargos. Conforme aponta Torres (1957), foi constante no Império a tentativa de profissionalizar esses cargos.

Como interpretar essa dinâmica de viagem e território à luz do enquadramento proposto neste artigo? No caso do Império, é comum a constatação de que a construção de uma ordem dinástica numa sociedade americana nova produziu uma linguagem político-intelectual que acentuava a dimensão atemporal dos espaços brasileiros – representados pelo culto a uma Natureza exótica e luxuriante. Nesse registro, a identificação entre espaço e permanência era ressaltada. O estudo de Sussekind (1990) mostrou como a prosa de ficção nos anos de 1840 produzia uma visão idealizada e estática dos lugares brasileiros percorridos por viajantes e prosadores. Assim, a idéia de viagem – cara aos românticos – era operada como um retorno ao "já sabido", como uma confirmação de um cenário situado de forma a-histórica, como eterna presença. Isto é, tratava-se da constituição de uma ontologia imperial, marcada pela idéia de tradição. Mesmo na nova figuração do narrador, trabalhada nos anos de 1850 e 1860 pela prosa de Alencar, o retrato da natureza incorporava elementos históricos, mas os enquadrava no discurso da "fundação" brasileira. Análises antropológicas recentes sobre as viagens "imperiais" ressaltam a dimensão ambígua de empreendimentos desse tipo. Clifford (1997) e Pratt (1999) sustentam que esses deslocamentos não im-

plicavam apenas a expansão de dinâmicas e olhares "centrais" sobre regiões periféricas esvaziadas. Os espaços percorridos pelos representantes dos saberes imperiais constituem-se antes em zonas de contato, fronteiras móveis em que o diálogo e as tensões entre lugares mostram-se persistentes. Assim, o "olhar imperial" seria vazado por descontinuidades e vestígios de lógicas outras, que seriam parte integrante dos discursos produzidos no "centro". Acredito que essa perspectiva pode permitir uma visão mais matizada sobre as formas de percepção do espaço produzidas nos Oitocentos brasileiros, assim como de seus próprios produtores (em geral, homens enraizados no coração do aparato estatal).

2. Governadores de ruínas: Couto de Magalhães e Leite Moraes

José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) era mineiro, nascido na fazenda Gavião, município de Diamantina. Era filho do capitão Antônio Carlos de Magalhães e de dona Teresa Antônia do Prado Vieira. Cursou direito no largo de São Francisco, em São Paulo, e logo fez meteórica carreira no circuito que combinava letras e política durante o Segundo Reinado. Já em 1860 publicava o romance histórico "Os Guaianás", um estudo sobre a revolta de Filipe dos Santos em 1720, e em 1862 era aceito no Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro. Sua trajetória sempre esteve marcada pela proteção do visconde de Ouro Preto, que avalizou suas nomeações e sua circulação por cargos políticos que eram ocupados por membros destacados da elite imperial. Foi assim em 1862, quando foi nomeado presidente da província de Goiás e contava com 24 anos. Em 1864, já se deslocava para a província do Pará, e em 1866 para Mato Grosso, onde liderou tropas durante a Guerra do Paraguai.

A primeira edição de "Viagem ao Araguaya" foi lançada em 1863, na capital de Goiás, quando Couto de Magalhães era presidente da província e tinha 24 anos. A Parte I do livro contém uma seção intitulada "Considerações administrativas sobre o futuro de Goiás", na qual Couto evidencia os critérios que orientam sua percepção das regiões e espaços que procura descrever. Percebe-se a combinação entre uma visão medicinal – que compara o administrador provincial ao médico, ambos responsáveis por curar enfermidades de organismos – e uma perspectiva econômica, que submete o território a uma interpretação racionalizadora que busca maximizar potencialidades e dinamizar o povoamento a partir do eixo dos interesses mercantis. É dessa forma que Couto analisa a apatia moral da capital, atribuída à perda de significado econômico de sua localização e à predominância da característica "administrativa". Esse é o argumento principal mobilizado pelo autor para defender a transferência da capital para a cidade de Leopoldina, que poderia aproveitar a abertura de mercados propiciada pela

navegação. Nota-se que o jovem governador constrói um argumento fortemente americanista, identificado com a dinamização da vida social a partir do mercado e do eixo dos interesses, visto em contraposição à saída "pelo funcionalismo público", que produziria a apatia e a estagnação da capital, cidade com função puramente administrativa.

Essa espécie de prefácio teórico-metodológico expõe os objetivos e perspectivas que orientam a narrativa apresentada pelo autor nas próximas seções, e é relevante para fixar de maneira precisa o tipo de escrito produzido. Embora Couto de Magalhães viaje como um alto funcionário do Império, e seus objetivos sejam primordialmente administrativos (explorar as possibilidades de navegação, mudar populações de localidades e abrir estradas de rodagens que ligassem pontos distantes da província), também são incorporados relatos e impressões sobre costumes, natureza e gentes, como parte do empreendimento. Note-se a combinação entre a perspectiva racionalizadora do administrador, às voltas com a tarefa de organizar adequadamente os espaços longínquos do Império, e uma certa sensibilidade romântica, excitada pela descoberta de lugares e costumes desconhecidos. Ao final dessa seção inicial, já é perceptível a tensão entre o entusiasmo do administrador e a constatação de que os espaços goianos são marcados pela imprevisibilidade e pela instabilidade. Após enumerar algumas medidas necessárias (como a construção da povoação de São José do Araguaia, que abrigaria índios Xavantes e Carajás), Couto afirma: "Permita Deus que não fique tudo isso esquecido e abandonado, como tantas vezes tem acontecido..." (Couto de Magalhães, 1957: 65).

O relato inicia-se às margens do rio Manoel Alves, a 66 quilômetros[2] de Goiás. O rio é batizado com o nome do negro Manoel Alves, "digno de ser mencionado, pelos sentimentos de filantropia que o caracterizam" (Idem: 71), como afirma o autor. Logo no segundo dia de viagem o tema das ruínas surge na narrativa. Quando a comitiva que o acompanhava atinge uma das vertentes do rio Ferreiro, o jovem governador anota:

> Oferece magníficas proporções para uma boa estrada e o leito pode estender-se por cima de chapadões planos. Contrista o coração ver as casas abandonadas a um e outro lado da estrada. Na luta que o homem trava contra a natureza e o deserto, parece que, em Goiás, tem este último vencido o esforço do homem. (Idem: 67)

É ao descrever as margens do rio Ferreiro, aliás, que o autor apresenta um de seus principais recursos narrativos, que visa justamente a construir um fio histórico que dê sentido a uma civilização edificada sobre um "deserto" que teima em destruir os esforços administrativos do poder central. Trata-se da invoca-

ção de viajantes anteriores e da apresentação de memórias e relatos passados referentes à área visitada. No caso do citado rio, menciona os navegantes Tomás de Sousa Vila Real e seu roteiro de viagem para o Pará, que incluiu os rios Vermelho, Araguaia e Tocantins.

Ao longo dessa primeira parte do percurso, Couto de Magalhães anota impressões sobre rios, fauna, flora e minerais, e evidencia mais uma vez a combinação entre a sensibilidade estética marcada pelos signos do Romantismo e o olhar impregnado de cálculo do homem econômico. Sua passagem pela serra do Acaba-saco, localizada próximo à cidade de Santa Rita e assim nomeada pelo lendário bandeirante Bartolomeu Bueno – o Anhanguera –, merece o seguinte registro:

> A serra do Acaba-saco vai sucessivamente abaixando-se, até que de todo se confunde com as planícies. Parei extasiado nesse lugar e, enquanto a vista me representava essas planícies sem fim, sucedendo-se umas às outras, como as ondas do oceano, até que de todo se iam perder nos espaços azulados do céu, meu espírito sentia-se abatido por uma espécie de saudade, que eu não sabia dizer de que, e a imaginação me representava completamente desertas essas férteis e infinitas campinas. (...) Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espalhar florescentes cidades nas margens destes rios! (Idem: 74)

Note-se que um tema caro ao pensamento romântico – o êxtase diante de uma natureza grandiosa, que produz um misto de terror e encantamento – combina-se com o desespero diante da improdutividade das mesmas. A constatação da incapacidade de exploração racional da terra exaspera o governador, ao mesmo tempo em que a vista do lugar evoca a temática de uma saudade indefinida.

O registro escrito já no pouso de Santa Rita e referente ao dia 20 de setembro, por sua vez, é exemplar do choque entre as aspirações modernizantes de Couto de Magalhães e a dinâmica movente e destruidora das terras interioranas do Brasil. Ao anotar, com felicidade, que conseguiu que "grande parte dos habitantes se determinassem a mudar para o Araguaia, com seus estabelecimentos e gado" (Idem: 73), o governador informa que logrou também dinamizar a abertura da estrada que ligaria Leopoldina a Monte Alegre. Curiosamente, essa nova estrada passaria "pelo extinto arraial de Tesouras" (Idem: 73). Sem se dar conta da ironia contida no ato – uma estrada estendida sobre os restos de uma marcha civilizatória fracassada –, o administrador escreve: "É as-

sim que ao deserto se há de ir sucedendo a população e a indústria nas margens do grande rio" (Idem: 73).

Ao passar pelo chamado rio do Peixe, localizado a três quartos de léguas ao norte de Santa Rita, Couto de Magalhães volta a invocar registros narrativos antigos, na tentativa de estabelecer uma história que superasse o deserto. Assim, cita o general de Goiás, d. Manuel de Meneses, e transcreve sua história, anotada pelo padre Luís Antônio da Silva e Souza e repleta de iniciativas militares e administrativas na região. Entretanto, as próprias viagens desse herói relembrado não lograram constituir formas de vida estáveis, afinal o relato mostra como d. Manuel construiu povoações e guarnições que se despovoaram completamente, além de abrir estradas e caminhos que não mais existiam presentemente. Ao retomar sua própria narração, o jovem governador parece confirmar essa dinâmica. Observe-se o seu registro relativo ao extinto porto de Santa Rita, localizado no rio do Peixe:

> O extinto porto de Santa Rita é um rochedo sobre o qual batem perpendicularmente as águas do rio, para se escoarem depois para o lado do norte; é hoje uma velha tapera, e do grande armazém que aí houve, dos botes que flutuavam sobre as águas verdecentes do rio, existe apenas a memória. (Idem: 79)

Mas os espaços desconhecidos de Goiás não são apenas associados à lógica destrutiva dos desertos, exercendo sobre Couto de Magalhães efeitos encantatórios, numa dinâmica entre medo e excitação que é presença constante na narrativa. Assim, no quinto dia, o autor descreve de forma entusiasmada um jantar à moda indígena (a comitiva contava com dois xavantes). Na descrição dessa pequena refeição ao ar livre, o tema da saudade reaparece:

> Com essa simples cozinha, por mesa e toalha o leito frio da areia, tivemos um magnífico jantar, tanto mais agradável, quanto o sol, que pendia já para o ocidente, dava ao céu achatado um colorido de verde claro morrendo em roxo, que filtrava pelo espírito uma sensação agradável e melancólica, de indefinível saudade. (Idem: 80)

Essas sensações sublimes provocadas pela grandiosidade das terras observadas são comuns na narrativa, e geralmente são apresentadas sob o filtro de uma sensibilidade romântica. No quinto dia de viagem, quando a expedição partia rumo ao Sul, Couto maravilha-se com o córrego de Feixo e suas margens, onde duas pedras formatavam um canal, e escreve:

> A cabeça vetusta destas pedras, as escamas que nelas existem, o sombrio de sua cor, a melancolia do sítio fazem recordar esses castelos feudais, que vimos em imaginação, quando, nos primeiros anos da vida, nosso espírito, cheio ainda de esperanças e crenças, percorre as cenas encantadas dos romances de cavalaria. (Idem: 81)

A chegada ao Araguaia no dia 5 de outubro é ocasião para inúmeros registros tipicamente românticos, marcados pela projeção de sentimentos de melancolia e saudade numa paisagem gigantesca, que aterroriza e encanta. Assim, "fui transportado a um horizonte tão vasto, como a perspectiva das grandes coisas que oferece o rio" (Idem: 89), ou "aqui, o deserto é de uma majestade tão imponente, que assombra e abate o espírito" (Idem: 90), e mais ainda "tudo é vasto, majestoso e melancólico como o infinito" (Idem: 90). Os sinais de presença indígena – "colunas de fumaça" (Idem: 91) – despertam sentimentos de medo e mistério, compondo um quadro que combina êxtase e terror.

A chegada à povoação de Santa Leopoldina é momento para outro registro de Couto de Magalhães a respeito da dinâmica dos espaços movediços em que se encontra. Após escrever que "é uma povoação nascente e que promete próspero futuro" (Idem: 92), conta uma breve história que evidencia a instabilidade das geografias administrativas naquelas paragens:

> Foi fundado a primeira vez, no mês de março de 1850, pelo doutor em matemática João Batista de Castro Morais Antas, na presidência do dr. Eduardo Olímpio Machado: destruído em 1853, foi de novo fundado em 1855, sob a presidência do dr. Antônio Cândido da Cruz Machado, no largo dos Tigres, à margem do rio Vermelho, de onde foi removido para o lugar em que agora está, em 1856, sob a presidência do dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha. (Idem: 92)

O dia sete de outubro marca outra etapa da viagem, quando a expedição embarca no bote Leopoldina em direção à cidade de mesmo nome e se entranha mais decisivamente nas matas e seções inexploradas do rio. A partir desse momento, sucedem-se anotações a respeito de animais (ariranhas, antas, jacarés etc.), caçadas heróicas e da própria presença indígena – esta, ora vista como ameaça temível, ora como detentora de saberes florestais excitantes e novos.[3]

Novamente, o tema das ruínas reaparece, quando da vista do arraial abandonado de Tesouras e a "antiga e extinta povoação dos Araés" (Idem: 115), esta situada na margem esquerda do chamado rio das Mortes e lembrada por uma antiga sublevação, na qual o povo rebelou-se contra o guarda-mor que a go-

vernava, matou-o e fugiu para os sertões. Novamente, Couto de Magalhães invoca memórias de outros povoadores para constituir essa trama infindável de empreitadas fracassadas. Para tanto, recorre a uma narração contada por Álvaro Bueno de Azevedo, que foi em busca da "povoação perdida". É o próprio Álvaro que afirma que "encontrou vários vestígios, entre os quais bananeiras, muros de pedras e outros" (Idem: 115).

Após chegar a Salinas e reunir-se com os moradores para convencê-los a se mudarem para as margens do Araguaia – um dos principais objetivos da viagem –, Couto de Magalhães toma o caminho de retorno, juntamente com a comitiva que o acompanha. No dia 15 partem de Salinas para o porto da Piedade, e o governador registra novamente o dilema que parece acompanhar todo o relato, e opõe os desertos mutantes e instáveis do Araguaia ao empreendedorismo do poder central: "Diante de tanta grandeza, o homem sente o nada de sua existência, a insignificância de suas forças, o vão e estéril das lutas pela vida. Para consolo da melancolia que me traziam essas considerações, à imaginação se me afiguraram essas margens povoadas de risonhas cidades" (Idem: 135).

À medida que a expedição se aproxima de Goiás novamente, Couto de Magalhães sente saudades dos vastos espaços do Araguaia, além de demonstrar cansaço diante de mais um cenário de devastação e ruínas. No dia 29 de outubro, próximo de Santa Rita, o governador escreve:

> (...) as impressões do viajante não são mais alegres, porquanto constantemente se atravessam velhas lavras de mineração, e o coração se aperta ao ver desertos e abandonados grandes casas, regos, valos, muralhas, ora cobertas de mato, ora desmoronando-se. Salta, sobretudo, aos olhos a fazenda do finado senador José Rodrigues Jardim, cuja vasta casaria, ainda em bom estado de conservação, abriga hoje morcegos, corujas e répteis venenosos. (Idem: 188)

A chegada a Goiás é triste, e traduz o sentimento de exílio sentido pelo jovem de 24 anos em trânsito constante pelos espaços interiores do Brasil. O cansaço é evidente: "(...) cada um dos companheiros teve a satisfação de entrar em sua casa, menos eu, que, habitante provisório desta Província, tomava apenas minha morada oficial, onde vinha achar trabalhos e cuidados, à vista dos quais os da viagem eram descanso" (Idem: 189).

* * *

Joaquim de Almeida Leite Moraes foi presidente da província de Goiás em 1881, e, assim como Couto de Magalhães, teve carreira identificada com o círculo de poder imperial. Nascido em Tietê, tinha pai fazendeiro e tenente de milícias,[4] e cursou em 1853 a Faculdade de Direito em São Paulo. Já em 1857, ano de seu casamento com Ana Francisco Gomes da Silva, era eleito para o biênio 1858-1859 suplente de deputado provincial pelo Partido Liberal, exercendo o mandato de deputado por três vezes: 1860-61, 1868-69 e 1878-79. Ao contrário de Couto, que combinou as vocações política e empresarial, Leite Moraes fez também carreira acadêmica, sendo nomeado em 1878 professor substituto da Faculdade de Direito.

Seu relato, contido na obra *Apontamentos de viagem,*[5] é feito tendo a obra de Couto de Magalhães como forte referência. Assim como o general, Leite Moraes empreende inusitada viagem ao longo do Araguaia em 1881, quando encerra suas atividades como presidente da província de Goiás e retorna a São Paulo. Ao invés de fazer o caminho mais óbvio, descendo ao Sul em direção ao Sudeste, Leite Moraes opta por subir o rio e tomar um vapor em Belém, costeando o Nordeste em direção ao Sul. Segundo Antônio Cândido, que escreve a apresentação da obra, as fortes dores que acometiam o governador por conta de hemorróidas (o que tornava a montaria eqüestre uma atividade torturante) podem ter motivado esse estranho caminho Goiás-São Paulo.

Leite Moraes começa seu relato pela partida em 1880, quando deixava São Paulo em direção a Goiás, levando consigo Carlos Augusto (que seria seu oficial de gabinete) e Bento, seu pajem. Na seção "De São Paulo à capital de Goiás" fica já evidente uma das marcas do relato do autor, e característica central de sua inscrição social: "Da família só me restava o Carlos Augusto, o escravo Bento... e mais ninguém! O mundo despovoava-se..." (Leite Moraes, 1995: 42). O livro inicia-se e é fechado com referências à família, como se esta subsumisse completamente o *self* do autor e fornecesse um sentido geral à sua trajetória. Afinal, sem ela, é como se o mundo fosse "despovoado". Logo nos primeiros dias, afirma: "Não dormi o resto da noite; estive em contínuos sobressaltos; é que a imagem da esposa, dos filhos e dos netos ali estavam na minha cabeceira, despertando uma por uma todas as afeições e todas as saudades da família..." (Idem: 44).

O caminho de Leite Moraes e seus serviçais até seu destino final é marcado por uma progressiva imersão nos círculos de poder provinciais existentes em Minas e Goiás, cujo registro atesta a dinâmica de fronteira que marcava as andanças e incursões do governador pelo Brasil central. Chefes, prefeitos, deputados e fazendeiros alternam-se como personagens desses caminhos, compondo pouco a pouco o quadro complexo de redes de solidariedade política existentes, e com as quais o governador – homem do poder central – deveria lidar. Assim,

quando em Minas, anota: "Sisudo sempre, sempre grave e austero na sua conversação, sensato e refletido, o barão de Ponte Alta é um perfeito tipo da velha geração dos Ottonis e dos Marinhos" (Idem: 63). Em Uberaba, conversa com o "major Pena", que reputa ser um "oráculo" dos Liberais, e empreende visitas à tipografia do *Correio Uberabense*, Clube Literário, loja maçônica etc. Surge também a figura do major Cândido, "cidadão respeitável por todos os títulos" (Idem: 72).

Entretanto, o caminho em direção ao centro do Brasil não é permeado apenas por chefes e coronéis, mas também por posseiros e homens simples, configurando um quadro mais denso das redes locais de organização social e política. No caminho para a fazenda Douradinho, após Uberaba, registra:

> Conhecemos no caminho um preto velho, falador insuportável, *cortesão* (no original), e que se dizia confidente de Pedro I, seu companheiro de caçada e seu cachorreiro. Chamava-se José Pedro de Souza e Vasconcelos Corja Marzagão Porta-Estandarte Legítimo de Braga Mateiro. (Idem: 74)

Outros homens simples aparecem-lhe pelos caminhos interioranos, como o preto Manuel, proprietário da fazenda Cavalhadas, perto da povoação de Anicuns, descrito como "homem do trabalho e do comércio" (Idem: 97). Ou ainda Antônio Bispo, dono de sítio, "cuja diocese é a sua lavoura, cujo báculo é o trabalho e cuja religião é a honrada economia" (Idem: 91). Ao longo de todas essas passagens, fica evidente uma espécie de aprendizado empírico de Leite Moraes, pois cada encontro com figura importante ou digna de registro merece uma nota de obras ou melhoramentos a serem realizados na província. Assim, longe de constituir apenas uma incursão destinada a impor os desígnios do poder central para as fronteiras internas do país, a viagem de Leite Moraes constitui uma delicada negociação com os poderes locais e as redes de sociabilidade provinciais. Essa característica fica clara quando o autor discorre sobre o proprietário Hermenegildo Lopes de Moraes, abastado negociante da Vila Bela de Morrinhos, que o informa sobre problemas e questões das localidades e das cercanias. Na nota referente ao caso, o autor afirma: "O sr. Hermenegildo foi um auxiliar muito importante da minha administração nos melhoramentos materiais realizados na estrada do sul" (Idem: 85). Ou ainda quando, já em Goiás, encontra o ex-presidente da província dr. Antero Cícero de Assis, que desde 1878 vivia como agregado de um fazendeiro, longe da capital. A cena descrita pelo autor passa-se na fazenda de um importante proprietário, onde se reúne à noite o círculo de poder liberal da região, composto por Antero, pelo desembargador Jerônimo Fleury e

pelo fazendeiro Luiz Bastos, que discorrem sobre as tramas políticas locais e sabatinam o enviado de São Paulo a respeito de suas intenções e simpatias. Segundo Leite Moraes, a província estava dividida entre os "clubistas" – adeptos do chefe Bulhões – e os "empadistas", seguidores de Antero, o que propicia ao autor uma nota cômica: "Estávamos hospedados pela *empada* (no original), e fomos devida e cuidadosamente *apalpados* (original), quanto às nossas intenções governamentais e políticas" (Idem: 99).

Assim como em Couto de Magalhães, o olhar que combina romantismo e empreendedorismo é traço típico da escrita de Leite Moraes. Cada povoação visitada é esquadrinhada em suas potencialidades econômicas, e o futuro governador toma nota de melhoramentos e obras a serem feitas ou indicadas ao poder central. Ao mesmo tempo, as impressões subjetivas do autor a respeito da paisagem seguem um certo registro romântico, como no momento em que a expedição adentra a garganta da serra Dourada, já na província de Goiás:

> De lado a lado daquela garganta estreita, com a largura suficiente apenas para uma estrada de rodagem, erguem-se imensas colunas de pedra com os seus pórticos e com as suas abóbadas talhados pelo cinzel do Artista Supremo, sobrepostas umas às outras, e que parecem vacilar em suas bases e desabar sobre o viajante que passa. (Idem: 101-102)

A chegada à capital da província é momento para ratificar o diagnóstico de Couto de Magalhães a respeito da cidade: apatia, decadência, ausência de atividade econômica significativa. A descrição de suas atividades como governador é limitada e restrita à constatação de que teria logrado deixar o cargo de forma "honrada", sem ser enxotado do local pela oposição e sem se perder nas brigas locais.

Sua expedição de retorno a São Paulo parte em dezembro de 1881 em direção a Leopoldina, cidade à margem direita do Araguaia, que Couto de Magalhães pretendia ver elevada à condição de capital por conta de suas vantagens fluviais. O assunto é retomado por Leite Moraes, que aproveita sua passagem pela localidade para defender a subvenção pública ao empreendimento de navegação a vapor. Nesse momento, a expedição conta com o empresário João José Corrêa de Moraes, com o engenheiro Rodrigues de Moraes e com o diretor geral dos índios, capitão Fleury. Ao longo das localidades despovoadas ou abandonadas, o tema dos vestígios civilizatórios e das ruínas aparece, compondo o quadro de um espaço em fragmentos, que parece demandar constantes incursões do poder público. Na subida para o povoado de Itacaiu Grande, por exemplo, feita em no-

vembro de 1881 no navio "Colombo", Leite Moraes nota a presença de mais uma colônia extinta, na qual o Estado teria gastado muito dinheiro, e que contaria então com apenas um casebre, habitado por um guarda. Em dezembro do mesmo ano, a expedição chega a Xambioãs, um povoado abandonado: "Existe ali ainda o resto de uma casa com telhado; esteios de outras; encontramos amaradas dos Carajás; vimos mais de duzentos pés de café" (Idem: 121).

Assim como em Couto de Magalhães, a sensibilidade romântica cruza-se com um sentimento de saudade, produzindo uma subjetividade "extraviada". Tudo se passa como se o viajante imperial nutrisse uma permanente sensação de exílio, agravada no caso de Leite Moraes pela força do ideal familiar na construção de seu *self*. Assim, escreve ele: "(...) lá, estava na terra natal, entre os velhos amigos, deslumbrado pelo sol da civilização; e aqui... entre desconhecidos, com exceção de dois ou três, no seio dos selvagens e do deserto, sepultado nas trevas da barbaria" (Idem: 180).

Na continuação da viagem, o governador alterna impressões subjetivas e melancólicas sobre os vastos espaços interioranos – "(...) ali contemplava aquela escuridão das matas sombreando o rio, contrastando com a da noite sombreando o espaço" (Idem: 243) – com sugestões e anotações orientadas pelo olhar econômico racionalizador – obras, melhoramentos etc. –, tudo entremeado pela constante visão de ruínas e vestígios da presença do Estado, pequenas ilhas perdidas de uma civilização em trânsito pelo arquipélago do *hinterland* brasileiro. No dia 13 de janeiro de 1882, por exemplo, vê engenho e canaviais na ilha de Itaboquinha, e anota: "Esta fazenda chama-se Boa Vista; parece-nos ao longe um castelo em ruínas; pastos sem criação" (Idem: 245).

Ao chegar no norte, no porto de Belém, Leite Moraes percebe o que lhe parece ser uma nação que ainda "dorme". A despeito de todo movimento de gentes e mercadorias, esse momento final da viagem lhe figura algo tristonho. Quanto mais avança em direção ao Nordeste e posteriormente ao Sudeste, mais o retorno familiar se identifica com uma espécie de retorno à Nação. Ficam distantes os espaços majestosos, as ruínas, os vestígios, as redes políticas e sociais locais, as marcas de vivências e processos que insistem em percorrer caminhos singulares, alheios à racionalidade econômica do poder central. Quando a locomotiva que o transporta atinge progressivamente as paragens interioranas de São Paulo, anota:

> Quando a locomotiva rodou sobre o solo paulista, quando vi a primeira povoação de São Paulo, depois a Cachoeira, passando para a estrada do Norte, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí e Mogi das Cruzes... e depois as várzeas do Tietê, a Penha e ao longe descortinei os pri-

> meiros tetos, e as primeiras luzes da capital, senti emoções sucessivas e tão fortes, como se houvera sido um proscrito ou um desterrado, que só as exprimia com as suas lágrimas. (Idem: 339)

3. Ruínas e civilização brasileira

Os relatos de Couto de Magalhães e Leite Moraes evidenciam uma tensão constitutiva da imaginação espacial brasileira, que opõe permanência e movimento. O olhar imperial dos dois personagens, marcado pelo cruzamento entre uma sensibilidade orientada para o tema da origem e uma abordagem administrativa dos distantes sertões brasileiros, choca-se com a percepção de uma geografia em movimento, instável e fugidia. É constante a visão de ruínas e de vestígios que denotam um mundo instável e aberto, constituído, destruído e reconstituído de forma incessante.

Francisco Hardman (1992) sustenta que a temática das ruínas tem forte presença na imaginação brasileira, atravessando os Oitocentos e encontrando guarida em autores do início do século XX, como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Paulo Prado. Segundo ele, essa persistência denota uma percepção algo melancólica do processo civilizador nacional, visto como um empreendimento marcado por contrastes e choques entre a modernidade e os espaços enigmáticos e movediços que se encontram "à margem da história". Mais recentemente, o mesmo Hardman (1996), ao analisar a obra de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, aponta a figura do escritor francês Volney[6] como central para a constituição dessa poética das ruínas. A despeito de concordar com a associação feita por Foot Hardman entre ruínas e melancolia – perceptível no caso dos governadores viajantes aqui analisados –, creio que também é interessante destacar a idéia de uma sociedade em permanente processo de construção. O tema das ruínas indica a introdução de uma incômoda temporalização aberta num cenário que se pretendia dominado pelo olhar dos viajantes.

Note-se que a historiografia recente destaca justamente a dinâmica aberta e movediça dos espaços interioranos brasileiros.[7] Faria (1998), por exemplo, atesta que a sociedade colonial brasileira, longe de se organizar de forma estável e pouco diversificada, constituía-se como um espaço em constante mutação, no qual fortunas não duravam mais de três gerações e o trânsito ininterrupto de homens era dimensão básica de pertencimento social. Campos (2005), por sua vez, sustenta que a mobilidade geográfica e a instabilidade das fortunas na mineração transformaram a Goiás colonial num cenário marcado por motins e disputas complexas entre potentados – realidade percebida por Leite Moraes nos seus contatos políticos feitos ao longo da travessia.

A despeito de percepções convergentes, as modelagens intelectuais dos dois governadores guardam significativas diferenças. Leite Moraes fez bem-sucedida carreira política sob proteção dos caciques do Partido Liberal, logrou circular entre diferentes províncias e mostrou-se hábil nas negociações entre centro e periferia. Se Couto de Magalhães procurou uma espécie de reinvenção pessoal em que o sertanista e o homem de negócios se cruzavam de forma ambígua, o ilustre paulista ancorava-se na dinâmica familista que compunha a inscrição social de boa parte da elite política do Segundo Reinado. O final de seu relato é exemplar dessa modelagem. A volta a São Paulo é, ao mesmo tempo, o retorno à "casa" e o retorno à nação. Note-se que a articulação entre os domínios locais, a grande propriedade e a administração central foi, segundo Mattos (2004), o grande feito produzido pela hegemonia saquarema.

Couto de Magalhães transitou entre funções administrativas e empresariais, e suas iniciativas posteriores indicam um *yankismo* marcado pelo individualismo que o levou até a Inglaterra. Sua obsessão pela racionalização econômica dos territórios instáveis de Goiás traduziu-se num forte empreendedorismo.[8] Ao mesmo tempo, seu diário londrino atesta a presença desses espaços na sua imaginação, como se a excitação e a emoção despertadas por suas aventuras ocupassem, no fim de sua vida, o lugar do sonho e da memória.[9] É sabido que o "sertanista" era personagem que lhe agradava, como atesta Machado (1998). Observe-se, por exemplo, a anotação registrada no dia três de outubro de 1880: "Entre as fantasias que às vezes me atravessam o cérebro, uma que me sorria é a de ter uma casa no Rio e sair daí em expedições para o interior explorando países desconhecidos, examinando produtos, estudando história natural e gozando" (Couto de Magalhães, 1998: 127).

Como se sabe, a expansividade sentimental diante dos grandes espaços é traço característico da sensibilidade tida como "romântica", implicando uma exacerbação da subjetividade diante de objetos sem forma, ou inapreensíveis pelas categorias da razão (Seyan, 1992). Para intérpretes como Ferguson (1992), o sublime, ao contrário da beleza, demandaria um trabalho "heróico", uma projeção autônoma do *self*. Em última instância, um exercício radical de autoconstituição. No caso dos governadores em trânsito pelo Araguaia, estamos diante de projeções românticas marcadas pelo espanto e pelo "horror" causados pelas vastidões do Araguaia, mas os sentimentos de saudade e melancolia não estão necessariamente associados a uma radical reinvenção subjetiva. Couto Magalhães e Leite Moraes estudaram na Faculdade de Direito em São Paulo num período marcado pelo adensamento da boemia estudantil e pela intensificação da vida intelectual ligada à sociabilidade universitária e ao ambiente das repúblicas (Cândido, 1964). A despeito de ambos circularem com alguma desenvoltura por jornais – em 1851, o jovem Couto chegou a redigir um deles, o *Acaiaba* –, grêmios

e rodas literárias, também lograram deixar desses circuitos em busca de postos seguros e rentáveis nas redes de poder do Império. Assim, os motivos e temas românticos que marcam suas impressões de viagem pelo Araguaia não são expressões de uma projeção utópica e refratária à modernização urbana, mas traduzem a tensão constitutiva de um olhar imperial em trânsito. As ruínas, outro motivo caro à sensibilidade romântica, incomodam e parecem questionar o fio histórico tecido pelos autores, ameaçando a narrativa histórica e desestabilizando a temporalidade do Império.

Couto Magalhães e Leite Moraes estavam em "zonas de contato", e o olhar imperial que os marcava era produzido a partir dos cruzamentos entre uma missão civilizatória e as formas de vida nativas. A viagem, longe de traduzir apenas um projeto de colonização, indica a irrupção de gentes e hábitos não prefigurados, configurando uma terra em movimento, incapaz de ser explicada pela reiteração de uma origem atemporal. Em 1880, no outono inglês, o reflexivo Couto de Magalhães traduz exemplarmente a tensão entre permanência e invenção que marca a imaginação brasileira, ao escrever em seu diário londrino:

> Eu tenho a ambição de fundar alguma coisa que preserve meu nome do esquecimento. (...) à exceção de ruínas, não há coisa alguma que ature há mais de mil anos, e o que são mil anos em comparação com as épocas geológicas? O que é que eu posso fazer que iguale nem de longe ao que fez Mohammed, Confúcio e qualquer dos heróis da história humana? Nada; no entretanto, onde estão suas famílias? Tudo está desaparecido na voragem do tempo. (Couto de Magalhães, 1998: 113)

Notas

1. Não se trata, portanto, de uma exegese do pensamento dos autores e de uma análise exaustiva de todas as suas obras. Optei por selecionar dois escritos de viagens específicos, referidos a uma área semelhante, deixando provisoriamente de lado relatórios administrativos e outros apontamentos em prol de uma análise interna mais detida.

2. Para facilitar a compreensão, converti as marcações originais de distância – em léguas – para quilômetros, tomando por base a proporção 1 légua = 6 quilômetros.

3. Como é sabido, o autor envolveu-se muito com a questão indígena, tendo produzido em 1876, sob encomenda de d. Pedro II, um célebre livro sobre o

tema: *O selvagem*. O indianismo de Couto de Magalhães pautava-se por um esforço integrador, que o motivava a registrar as línguas nativas e os costumes das tribos, como forma de melhor aparelhar a ação do poder central. Ao longo da narrativa, são comuns as referências a encontros e negociações com esses povos, sempre vistos com reservas e desconfianças, mas ao mesmo tempo como responsáveis pelos mistérios que configuram o espaço do Araguaia. Seu livro pioneiro sobre as línguas e costumes indígenas incentivou-o a valorizar excentricidades e formas de comportamento "nativistas", como era característico de parte significativa da elite letrada do Segundo Reinado (Schwarcz, 1998).

4. Leite Moraes era o terceiro filho de Joaquim Almeida Leite Moraes e Isabel Rodrigues da Silva.

5. O livro foi originalmente publicado em 1883, com tiragem reduzida e pouca divulgação. Usa-se neste artigo a edição de 1995.

6. Hardman refere-se ao escritor francês Constantin François Chasseboeuf de La Giraudais (1757-1820), conde de Volney, autor de *Voyage en Egypte et en Sirie*, cuja edição original é de 1787.

7. No âmbito dos estudos de pensamento brasileiro, o trabalho de Araújo (1994) sobre Gilberto Freyre é pioneiro na caracterização da mobilidade e da instabilidade que marcariam a sociedade brasileira.

8. Em 1880 Couto de Magalhães já era um próspero empresário, e morava temporariamente em Londres. Tendo fundado a Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia em 1868, envolveu-se na exploração da concessão da estrada de ferro sul-mineira (Cruzeiro-Três Corações). Para tanto, associou-se a operadores ingleses (The Waring Brothers) e empreendeu operação arriscada, emitindo ações a descoberto, com vistas a levantar capital de um milhão de libras (o governo garantiria dividendos de 7% ao ano). Antes disso, já havia se tornado sócio de várias empresas e ocupado o cargo de diretor do Banco de São Paulo.

9. Essa excitação traduzia-se também em imagens de forte apelo erótico, que cruzavam referências cifradas aos indígenas dos sertões, configurando uma subjetividade "inconfessável" (cf. Henrique, 2005).

Referências bibliográficas

Bibliografia primária

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira [1863] 1957. *Viagem ao Araguaya.* São Paulo, Companhia Editora Nacional.

———. 1998. *Diário íntimo.* São Paulo, Companhia das Letras.

LEITE MORAES, Joaquim Almeida [1883] 1995. *Apontamentos de viagem.* São Paulo, Companhia das Letras.

Bibliografia secundária

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. 1994. *Guerra e paz. Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre os anos 30.* Rio de Janeiro, 34.

BARBOZA FILHO, Rubem. 2000. *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana.* Belo Horizonte, EdUFMG; Rio de Janeiro, Iuperj.

CAMPOS, Maria V. 2005. "Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais,

motins e fronteira", em BICALHO M. F. & FERLINI, V.L.A. (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI-XIX.* São Paulo, Alameda.

CÂNDIDO, Antônio. 1964. *Formação da literatura brasileira,* vol 2. São Paulo, Martins.

———. 1995. "Introdução", em LEITE MORAES, J.A. *Apontamentos de viagem.* São Paulo, Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo. 2003. *A construção da ordem. O teatro das sombras.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CLIFFORD, James. 1997. *Routes: travel and translation in the late twentieth century.* Cambridge, Massachusetts University Press.

FARIA, Sheila de C. 1998. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FERGUSON, Francis. 1992. *Solitude and the sublime. Romanticism and the aesthetics op individuation.* New York, Routledge.

FERREIRA, Lúcio Menezes. 2006. "Ciência nômade: o IHGB e suas viagens científicas no Brasil imperial". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2.

GUIMARÃES, Manoel L.S. 1988. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, nº 1.

HARDMAN, Francisco F. 1992. "Antigos modernistas", em NOVAES, A. (org). *Tempo e história.* São Paulo, Companhia das Letras.

———. 1996. "Brutalidade antiga: sobre história e ruínas em Euclides". *Estudos Avançados,* São Paulo, vol. 10, nº 26.

HENRIQUE, Márcio Couto. 2005. "Um toque de voyeurismo". *Physys: Revista de Saúde Coletiva,* Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2.

KNIGHT, David M. 2001. "Travel and science in Brazil", em *História, Ciências, Saúde-Manguinhos,* vol. XVIII (suplemento), p. 809-882.

KODAMA, Kaori. 2005. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro, PUC-Rio, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (Tese de doutorado).

KURI, Lorelai. 2001. "Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* vol. VIII (suplemento), p. 863-880.

LIMA, Nísia Trindade. 1999. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.* Rio de Janeiro, Revan.

MACHADO, Maria Helena P.T. 1998. "Introdução", em COUTO DE MAGALHÃES, J. V. *Diário íntimo.* São Paulo, Companhia das Letras.

MATTOS, Ilmar Rohlloff. 2004. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.* São Paulo, Hucitec.

MAUAD, Ana Maria. 1997. "Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado", em ALENCASTRO, L. Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade central.* São Paulo, Companhia das Letras.

NEVES, Margarida de Souza. 2001. "A 'machina' e o indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862", em HEIZER, A. & VIEIRA, A.A.P. (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos.* Rio de Janeiro, Access.

OLIVEIRA, Lúcia L. 2000. *Americanos: representações da identidade nacional no*

Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte, EdUFMG.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. 2006. *Gonçalves Dias etnógrafo.* Trabalho apresentado no GT Pensamento Social no Brasil, no 30º encontro anual da Anpocs. Caxambu (mimeo).

PRATT, Mary Louise. 1999. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação.* São Paulo, Edusc.

SCHWARCZ, Lilia M. 1998. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo, Companhia das Letras.

SEYAN, Azade. 1992. *Representation and its discontents. The critical legacy of german romanticism.* Los Angeles, University of California Press.

SUSSEKIND, Flora. 1990. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.* São Paulo, Companhia das Letras.

TORRES, José Camilo de Oliveira. 1957. *A democracia coroada (teoria política do Império do Brasil).* Rio de Janeiro, José Olympio.

WEGNER, Robert. 2000. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.* Belo Horizonte, UFMG.

Resumo

Este artigo analisa os relatos de viagem pelo rio Araguaia escritos por dois governadores provinciais, José Vieira Couto de Magalhães e Joaquim Almeida Leite Moraes. O objetivo é interpretar as imagens espaciais produzidas por funcionários do poder central em trânsito pelo interior do Brasil. Sustenta-se a hipótese de que o "olhar imperial" desses personagens combina uma abordagem econômico-administrativa dos espaços visitados a uma sensibilidade marcada pela percepção das ruínas e dos vestígios que caracterizam o avanço da civilização pelas áreas de fronteira.
Palavras-chave: pensamento brasileiro, relatos de viagens, espaço, Couto de Magalhães, Leite Moraes

Abstract

The article analyses the reports written by two provincial governors, José Vieira Couto de Magalhães e Joaquim Almeida Leite Moraes, on their travels along the Araguaia River. It intends to interpret the spatial images produced by imperial functionaries when travelling through Brazilian hinterland. It suggests that the "imperial look" of the two men combines an economic-administrative approach with a sensibility produced by the perception of the ruins and the traces that characterize the march of civilization through frontier areas.
Key words: Brazilian thought, travel reports, space, Couto de Magalhães, Leite Moraes

Résumé
Cet article analyse les rapports de voyage écrits par deux gouverneurs de province, José Vieira Couto de Magalhães et Joaquim Almeida Leite Moraes, qui ont parcouru la rivière Araguaia. On veut interpréter les imagens spatiales produites par des fonctionnaires du pouvoir impérial qui ont voyagé à l'intérieur du Brésil. On défend l'hypothèse que le "regard impérial" des ces personnages combine une perspective économique-administrative des espaces visités à une sensibilité marquée par la perception des ruines et des vestiges qui cararactérisent la marche de la civilisation par les zones de frontière.
Mots-clés: pensée bresilienne, rapports de voyage, espace, Couto de Magalhães, Leite Moraes